

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO APA DO CANTÃO - TO**

MARIA DO SOCORRO NORMANHA DE CARVALHO
CONSULTORA TERRITORIAL

MARIA REGINA T. DA ROCHA – RNC/SDT
SISTEMATIZAÇÃO

AUGUSTINHO DE OLIVEIRA CHAVES
ARTICULADOR TERRITORIAL

Novembro de 2006

Participantes

Antonia Leão da Silva.....	CIAT/Sociedade Civil
Antonio Rodrigues da Silva.....	Comunidade / Caseara
Antonio Lima.....	COPESCA/Caseara
Aldir Dias da Costa.....	STR – Caseara
Aurilene Rodrigues.....	AGROP
Alvino R. Assunção.....	Associação Torrãozeiros
Domingos Borges Carneiro.....	CIAT/Poder Público
Everton R. Sobral.....	COPESCA/Caseara
Francisco de Assis Alves Carneiro.....	CIAT/ Sociedade Civil
Francisco de Assis.....	COPESCA
Francisca Helena A. Martins.....	RURALTINS
Flavio Antonio Dourado.....	STR/Caseara
Gilvan Mendes Celestino.....	COPESCA
Hamilton Pereira dos Santos.....	APIMA
Irene Maria Andrade.....	CIAT/Sociedade Civil
Izaías Brasil da Silva.....	COPESCA
Francisco das Chagas Lima.....	Associação Lajeado Castelo Branco
Jose Francisco P da Silva.....	PESCADOR
Jose de Souza.....	COPESCA
Joaquim Alves.....	COPESCA
Maria de Jesus Oliveira.....	Associação Borroca
Maria do Socorro N. de Carvalho.....	SDT/MDA
Maria do Socorro Ferreira da Silva.....	CIAT/Sociedade Civil
Nelson Ricardo Mayne	
Pedro Alves Sobrinho	
Ramon Peres da Silva	
Rosimere Gomes	
Warley Carlos Rogrigues	
Zilma Cunha.....	CIAT/ Sociedade Civil
CIAT/Poder Publico	
COPESCA	
COPESCA	
NATURATINS	
CIAT/Sociedade Civil	

Equipe de apoio:

Augustinho de Oliveira Chaves – Articulador Territorial

Marcelo Gualberto Caldeira – DFDA_TO

Mônica Schiavenatto – RNC

Nivaldo Mendonça da Paixão - SEAGRO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Siglas	Significado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
STR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CELTINS	Centrais Elétricas do Tocantins
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
P.A.s	Projeto de Assentamento
COOPTER	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do norte do Brasil
FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
IBA	Instituto Brasil Ásia
OSCIP	Organização da Sociedade Civil
Missão Verde	Instituto Missão Verde
CDH	Centro de Direitos Humanos
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ITERTINS	Instituto de Terras do Estado do Tocantins
PRONAF	Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ONG	Organização Não Governamental
ATER	Assistência Técnica e Extensão rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental

LISTA DE TABELAS e GRÁFICOS

Tabela 1.....	18
Tabela 2.....	23
Gráfico I.....	17
Gráfico II.....	21

SUMARIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	06
2.	OBJETIVO.....	08
3.	METODOLOGIA APLICADA.....	08
3.1	Fases da metodologia.....	10
4.	UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO APA – CANTÃO.....	11
5.	ELEMENTOS DO PTDRS.....	15
5.1	Diagnostico.....	15
5.1.1	Configuração Espacial.....	15
5.1.2	População.....	16
5.1.3	Recursos Naturais.....	19
5.1.4	Densidade Demográfica.....	20
5.1.5	Índice de Urbanização.....	21
5.1.6	Razão de dependência.....	21
5.1.7	Índice de Desenvolvimento Humano.....	22
5.1.8	Aspectos gerais sobre educação, saúde, utilização das terras e organizações sociais.....	23
5.1.8.1	Sobre a educação.....	23
5.1.8.2	Sobre a saúde.....	24
5.1.8.3	Sobre a utilização das terras.....	24
5.1.8.4	Sobre as organizações sociais.....	26
5.1.8.5	Sobre as políticas publicas no território.....	26
6.	VISAO DE FUTURO.....	29
6.1	No aspecto Social.....	29
6.2	No aspecto ambiental.....	29
6.3	No aspecto econômico.....	30
6.4	No aspecto Infra-estrutura.....	30
6.5	No aspecto Político-Institucional.....	31
7.	DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS.....	32
8.	PRÓXIMOS PASSOS.....	35
9.	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho refere-se aos serviços de consultoria executados conforme disposto no Termo de Contrato junto a Fundação Cândido Rondon em cumprimento ao Projeto de “Apoio às ações de desenvolvimento dos territórios rurais¹ nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal”, através do Convênio nº 012/2005 entre a Fundação Cândido Rondon e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, com o propósito de apoiar o processo de elaboração e gestão social² do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

Observa-se que o escopo dos serviços de consultoria está voltado fundamentalmente para o aspecto de apoiar o processo de elaboração e gestão do PTDRS, de forma participativa. Como referência para esse trabalho contou-se com os seguintes subsídios: a) o Programa de Desenvolvimento Territorial executado sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – PRONAT³; b) as resoluções definidas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF; c) os documentos “Estratégia Operacional das oficinas Territoriais do Primeiro Ciclo” e “Estratégia operacional das Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo”; d) com os relatórios das oficinas territoriais ocorridas durante o período da consultoria⁴.

¹ Território Rural é entendido nesse documento como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

² A SDT compreende a gestão social a partir de quatro processos: planejamento, organização, avaliação, monitoramento e controle social, que pode ser visualizado como um ciclo que se repete indefinidamente. Para aprofundamento dessa questão, consultar os documentos referenciais do MDA/SDT, “Estratégia Operacional das oficinas Territoriais do Primeiro Ciclo” e “Estratégia operacional das Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo”; Brasília, 2005.

³ Órgão Colegiado integrante da estrutura do MDA, constituindo-se como um **espaço de concertação e articulação** entre diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade para o: Desenvolvimento rural sustentável; reforma agrária; agricultura familiar.

⁴ As oficinas territoriais podem ser definidas como um lugar no qual, como diz o dicionário, se exerce um ofício, onde se verificam transformações e se fazem consertos, portanto a idéia de oficina relaciona-se mais diretamente à noção de trabalho, de ofício, de atividade concreta, de fazer para mexer e transformar objetos concretos, históricos.

Assim, esse trabalho se estrutura a partir da apresentação dos objetivos e metodologia do trabalho; de uma breve contextualização histórica do território APA – Cantão; dos elementos do planejamento, contendo o diagnóstico com as seguintes informações: configuração espacial; população, recursos naturais, densidade demográfica, indicadores de desenvolvimento humano, aspectos gerais sobre educação, saúde, utilização das terras, organizações sociais; econômicos, índice de desenvolvimento social e a situação da agricultura familiar; e a Visão de Futuro; finaliza com as estratégias, programas e Projetos do Território APA CANTÃO.

2. OBJETIVO

O objetivo deste documento é construir o PTDRS a partir dos resultados das ações de consultoria desenvolvidas durante o período do contrato com a FCR durante os meses de agosto de 2005 a janeiro de 2006, previstas no objeto do contrato anteriormente mencionado.

Também servirá para:

- Para a CIAT organizar e acompanhar as ações de intervenção política no território com vistas à melhoria na qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares;
- Subsidiar o território nas suas ações políticas, sociais e econômicas;
- Permitir a apropriação da metodologia do trabalho de planejamento e gestão social pelas lideranças do território.

3. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia utilizada para realização deste PTDRS, foi aquela proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de desenvolvimento baseada em metodologias de planejamento participativo, cujo pressuposto é de que “serve de instrumento auxiliar ao diagnóstico e planificação, na qual deverá apresentar na sua concepção formas de estimular o público envolvido a mergulhar numa reflexão crítica sobre sua realidade para transformá-la”. (Documento de apoio nº 02 - guia para o planejamento, SDT/MDA, nov.2005, p.21)

Para tanto, foram realizadas visitas no Território APA CANTÃO/TO, reuniões com o Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico, oficinas territoriais⁵ ocorridas no período de setembro de 2005 a fevereiro de 2006, nas quais participaram os

⁵ Nesse período foram realizadas 03 oficinas territoriais ocorridas nas cidades de Dois Irmãos, Caseara e Pium, além de uma reunião específica do Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo ocorrida em Divinópolis e reuniões do Núcleo Diretivo e Técnico sob a coordenação desse Núcleo da CIAT.

núcleos técnico e diretivo bem como os membros da Plenária da Comissão de Instalação das Ações Territoriais - CIAT.

A condução dos trabalhos em Oficinas se deu inicialmente em apresentar aos participantes a proposta de discussão em cada oficina a ser realizada, sempre respeitando as experiências de cada participante. Dessa maneira as atividades iam se desenvolvendo e, em paralelo, o roteiro metodológico proposto ia sendo modificado a depender do ritmo de discussão do grupo e as suas demandas específicas.

Em cada uma das oficinas foram apresentados os objetivos das discussões, deixando exposto no quadro o roteiro de discussão ou distribuída em cópias aos participantes, para que ao final pudessem ser avaliados de acordo com as discussões ocorridas versus os objetivos propostos. Dessa maneira o grupo se apropriava dos temas, da forma de desenvolver as discussões, compreendendo a lógica pela qual foi tratado o tema.

O desenvolvimento das discussões executadas pelo roteiro metodológico, assim como a sua elaboração contou com a participação de colaboradora da RNC da SDT em todas as oficinas.

Deve-se destacar que os temas tratados nas oficinas territoriais são orientados pela SDT de forma que os territórios possam apropriar teoricamente dos temas que vão construir o PTDRS. Outro aspecto metodológico a ser enfatizado e que é importante em todas as oficinas, é o fato de se construir paulatinamente nas oficinas cada etapa do PTDRS o que ao final foi sistematizado.

Ao final, com o material trabalhado nos Territórios Rurais e para alcançar os objetivos propostos por essa consultoria foi realizada uma sistematização prévia utilizando de outros materiais sistematizados no Território como os documentos do Projeto Cerrado, informações do IBGE e da SEPLAN, Estudo Propositivo realizado pela COOPTER e os relatórios das oficinas territoriais elaborados pela colaboradora⁶ da RNC da SDT.

⁶ Maria Regina Teixeira da Rocha – RNC/SDT

3.1 – Fases da Metodologia

- **Dinâmica de conhecimento** – “Apresentação dos Participantes e suas expectativas”-a partir de uma dinâmica em dupla ou mesmo individualmente é solicitado ao grupo que deve ser escrito em tarjetas de diferentes cores o seu nome, cidade onde mora, o que representa na CIAT e suas expectativas. Ao final, pede que cada um (a) em voz alta apresente e cole no quadro em destaque as tarjetas. Esse material que cada um (a) elabora e sobre o qual falam, ficam expostos em um quadro até o final dos trabalhos, uma vez que eles funcionam como fonte de informações, para que se compreenda a representatividade e composição da plenária da CIAT.

- **Dinâmica de divisão em grupos:** o objetivo dessa dinâmica é o de dividir a plenária em sub-grupos para que esses façam discussões em torno de perguntas orientadoras. Utilizou-se a distribuição de números, cores diferentes, nomes de frutas, e letras de música. A realização das dinâmicas ía dando também oportunidade a que os participantes pudessem estar discutindo os temas em pequenos grupos e sempre modificando-os. Dessa forma dando condições para que todos pudessem manifestar a respeito do assunto. Ao final um (a) representante apresenta a conclusão do grupo e sempre a moderadora solicita que o grupo se manifeste para acrescentar mais informações que talvez seu representante não tenha conseguido apresentar.

- **Dinâmica de avaliação:** além de solicitar que o grupo escrevesse sobre a oficina, também era solicitado que o grupo expressasse oralmente de forma que todos(a) pudessem colocar aspectos negativos e positivos e sugestões. Essas avaliações possibilitaram alterações na condução das próximas oficinas.

- **Uso de textos didáticos** que ajudaram na compreensão dos temas tratados nas oficinas.

- **Dinâmica da exposição dialogada:** o uso dessa dinâmica sempre usada após os trabalhos em sub-grupos de forma a aprofundar o tema tratado ou de acrescentar mais informações sobre as discussões. Alternava a fala da moderadora com opiniões do grupo que eram provocadas para que ocorressem manifestações, questionamentos e esclarecimentos por parte do grupo.

- **Dinâmica com jogos:** o uso dessa dinâmica tem como objetivo o de provocar no grupo a partir de um jogo a iniciar a compreensão do tema a ser tratado, posteriormente. Usamos muito nas oficinas principalmente para a construção da visão de futuro, para isso foi usada a dinâmica da ponte.

4. Uma breve contextualização histórica do território APA - Cantão

A APA⁷ do Cantão foi criada com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação dos solos, garantindo a conservação da fauna e da flora, garantindo ainda, a proteção dos mananciais e a qualidade das águas com o fomento do desenvolvimento sustentável de toda região. Conforme a Lei nº. 907, de 20 de maio de 1997, seu objetivo é o de *proteger a fauna, a flora e os recursos naturais com potencial turístico existente no interior do Parque, garantindo o aproveitamento racional, sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais.*

⁷ Uma determinação favorável à proteção da natureza surge no País logo depois da Primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, quando é criada no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Essa nova secretaria federal, liderada pelo biólogo [Paulo Nogueira-Neto](#), institui uma nova e significativa categoria de área protegida, a Estação Ecológica. Pouco tempo depois, a mesma Sema, inovando novamente, propõe e alcança, no início da década de 80, a aprovação de uma lei que institui mais uma categoria de área protegida: a [Área de Proteção Ambiental \(APA\)](#), que representa uma revolução no conceito de áreas protegidas existentes no País até então.

O Parque Estadual do Cantão, o primeiro Parque Estadual do Tocantins, é uma das áreas protegidas mais importantes da Amazônia brasileira, muito acima do esperado para um parque dessa extensão. A significância do Parque baseia-se fundamentalmente em quatro pontos principais: sua riqueza biológica (em diversidade e em populações altas de algumas espécies em vias de extinção), seu bom estado de preservação, sua função como recurso crítico para a alimentação e reprodução de populações de peixe do médio Araguaia e pela facilidade de acesso.

A riqueza biológica deve-se ao fato de que o Cantão, formado como um delta interior do Rio Javaés com mais de 800 lagos e canais, é um ecótono complexo com elementos da Floresta Amazônica, do Cerrado, do Pantanal e da Mata Atlântica. São as enchentes anuais que garantem a abundância e a diversidade das espécies. A riqueza biológica é relativamente bem preservada com somente 8% de sua área degradada pela ação do homem. São especialmente chamativas as populações altas de espécies em alto risco de extinção como a onça-pintada, a ariranha e o pirarucu. Devido ao grande número de lagos e canais, o Cantão funciona como área de reprodução e criação dos peixes do médio Araguaia, representando, portanto, uma importância crítica para a economia regional. E mais: o Parque é de acesso relativamente fácil por via aérea, terrestre e fluvial, e então, uma área propícia para atividades de recreação e turismo, potenciais importantes para o desenvolvimento regional.

O parque é protegido pelas leis Estaduais contra depredação e qualquer tipo de usos, apesar da prática comum observada, que é o turismo Ecológico. A APA do Cantão por sua vez é considerada uma Zona de Amortecimento, uma vez que se limita com o Parque Estadual do Cantão, localizando-se muito próximo deste. O Parque do Cantão limita-se também o Parque Nacional do Araguaia, localizado ao Norte da Ilha do Bananal. Localizado em uma região de ecótono entre a Amazônia, Cerrado e Pantanal, com diversos ecossistemas, o Parque é distante de Palmas cerca de 260 km em estrada pavimentada. No período das chuvas, as cheias conectam os lagos, formando um só corpo d'água. Estes lagos são verdadeiros berçários para peixes, tartarugas e

jacarés. A biodiversidade do Parque é riquíssima e abriga uma enorme quantidade de aves. No levantamento feito por ocasião da [Avaliação Ecológica Rápida](#), em 1999, segundo o ornitólogo Dante Buzzetti, foram registradas 317 espécies, destas 33 são endêmicas, com a predominância de espécies do bioma Amazônia (26 espécies), em relação à endêmicas do bioma Cerrado (5 espécies). Duas espécies são endêmicas da Bacia do Araguaia, são elas chororó-de-Goiás (*Cercomacra ferdinandi*) e João – do – Araguaia (*Synallaxis simoni*). Também possui uma população expressiva de onça pintada (*Panthera onca*).

O Parque desenvolve atividades citadas em seu [Plano de Manejo](#) que podem ser feitas em harmonia com a natureza, tais como: Pesquisa científica; acampamento e recreação na temporada de praias; trilhas monitoradas.

Por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral, atividade como pesca, caça e coleta de material como ovos, plantas, desmatamento ou queimadas.

O Parque Estadual do Cantão possui o Programa de Educação Ambiental, onde são desenvolvidas diversas atividades como palestras, cursos de capacitação, oficinas, mostras de vídeo, trilhas monitoradas, campanhas de sensibilização e orientação. O público alvo para o programa de educação ambiental são professores, alunos e a comunidade em geral. O parque também tem um Plano de Uso Público que tem por objetivo trabalhar as questões relacionadas à questão do turismo, principalmente durante os meses de temporada, entre junho e agosto. O programa também desenvolve atividades de recreação e orientação aos turistas e moradores locais que freqüentam as praias. A fiscalização do Parque é realizada por técnicos do NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins – Linha Verde – 0800 63 1155.

Em 2003, houve a aprovação de um projeto de desenvolvimento sustentável intitulado “Projeto Cerrado” financiado pelo Governo Inglês, cujo objetivo era fazer um levantamento das organizações existentes na APA do Cantão e discutir as formas como estas organizações poderiam se fortalecer para conseguir a implementação deste projeto, que possuía um enfoque centrado no Desenvolvimento Sustentável da Região da APA do Cantão, mas

algumas ações previstas não puderam ter continuidade, em função de que o projeto foi concluído antes do tempo previsto”.

O projeto promoveu importantes espaços de reflexão e debates sobre diversos temas relacionados ao processo de desenvolvimento desta região. O espírito de organização dos Trabalhadores se fortaleceu substancialmente com início durante e após as ações do projeto.

Contudo, os benefícios notados através de sua execução, foram principalmente: um diagnóstico participativo que expressou um Trabalho até então desconhecido pelas Populações, espaços de reflexão debates, capacitações, mobilização e organização da Sociedade Civil para encarar os desafios e problemas futuros. Como fruto deste processo criou-se a COAFA, Central das Organizações da Agricultura Familiar da APA do Cantão, após a existência do grupo Vozes da APA, uma espécie comitê formado pelas organizações da Sociedade Civil do Território, que foi criado para fazer a gestão do Projeto Cerrado. O grupo Vozes da APA deu lugar à COAFA.

Em 2004, o Governo do Estado do Tocantins, apresenta à Assembléia Legislativa um Projeto de Lei para redução de mais de 80% da APA Ilha do Bananal Cantão, sob alegação de que a APA poderia ser uma área de expansão agrícola. O projeto foi aprovado, mas a opinião pública, formada por estudantes universitários, professores e ONG's, realizaram um manifesto contrário ao então projeto aprovado, onde destacava que a APA é um local onde vivem centenas de famílias, comunidades tradicionais e fauna e flora riquíssima em Biodiversidade com muitas espécies ainda desconhecidas pela ciência. Diante disto, a justiça Federal no Tocantins resolve acatar as sugestões daqueles que se posicionaram contrários e suspende o projeto lei que reduziria a Área de Proteção Ambiental.

5. ELEMENTOS DO PTDRS

5.1 - Diagnóstico

5.1.1 – Configuração espacial

O Território por estar situado dentro da Área de Proteção Ambiental⁸ Ilha do Bananal/Cantão recebe para si o nome de Território APA do Cantão. Localiza-se a Oeste do Estado do Tocantins (vê imagem de Satélite no **anexo I**), na porção que compreende os Municípios de Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo e Pium. Esses municípios listados pertencem à Bacia do Araguaia. Limitando-se ao Sul com o Município de Cristalândia e Lagoa da Confusão, ao Norte com o município de Goiasnorte, Colméia e Pequiseiro. A Leste com o município de Paraíso o qual se localiza às margens da Rodovia BR153, (Belém-Brasília), principal Rodovia de ligação dos Estados do Norte do Brasil com os Estados do Centro-Sul Brasileiro sendo que Paraíso e Palmas são os principais centros comerciais desta região. A Oeste a Região da APA do Cantão se divide com o Estado do Pará, tendo o Rio Araguaia como o divisor deste dois Estados.

A APA do Cantão⁹ é dividida ao meio pela Rodovia TO 440, com origem em Paraíso do Tocantins e término na cidade de Caseara. Daqui segue em direção a Santana do Araguaia/PA, forte centro comercial desta região, e uma das principais Cidades da porção Sul do Estado do Pará e que algumas cidades ou comunidades Rurais mantêm relações comerciais diretas. No mapa abaixo pode ser vista a distribuição espacial do Território.

⁸ Criada através de Lei Estadual nº 907, de 20 de maio de 1997, essa Lei institui que a área de 1.678.000 hectares, situada nas regiões VIII e IX da Divisão Político-Administrativa do Estado, seja transformada em Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão. Criada com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação dos solos, garantindo a conservação da fauna e da flora, garantindo ainda, a proteção dos mananciais e a qualidade das águas com o fomento do desenvolvimento sustentável de toda região. E no dia 14 de julho de 1998, através da Lei 996/88 cria-se o Parque Estadual do Cantão, para o qual foi desmembrada da APA uma área de 88.928,88 hectares, localizada no triângulo formado pelos rios Coco, Javaés e Araguaia.

⁹ Está inserida na categoria de unidade de conservação de uso direto, onde a exploração e os aproveitamentos econômicos diretos são permitidos, de forma planejada e regulamentada. É também identificada como Unidade de Uso Sustentável, procurando conciliar a preservação da diversidade biológica e dos recursos naturais com a exploração de parte destes recursos. (Contribuições do Diagnóstico participativo da APA, março de 2003)



(Mapa da APA Cantão)

5.1.2 – População

Segundo dados do IBGE, a população do Território é de 36.319 habitantes, com valores muito semelhantes entre população Rural e Urbana, onde 19.222 habitantes residem nas cidades do território e 17.097 habitantes moram na Zona Rural. O Município mais populoso é o Município de Dois Irmãos com 7.269 habitantes, onde 4.881 pessoas são residentes na Zona Rural e 2.388 moram na sede do Município. É um Município com características predominantemente de Agricultores Familiares. Apesar de Pium ser o Município com a maior extensão em área, sua população é menor que a população residente na Zona Urbana que é 3.194. O município de Monte Santo do Tocantins apresenta uma população Urbana de 381 habitantes, a menor do Território. O menor município, Chapada de Areia, é também o que apresenta a menor população 1.270 habitantes.

Em termos comparativos o Território da APA do Cantão apresenta uma população relativamente pequena quando comparada ao Território do Bico do Papagaio, 104.095 habitantes e em relação á população do Estado do Tocantins que é de 1.157.098 habitantes.

Quando se compara a população rural de Estado em relação á população urbana nota-se uma discrepância nestes valores, uma vez que só

297.137 habitantes residem na zona rural e 859.961 pessoas residem na zona urbana. Em resumo, 5,8% da população rural do Estado estão no Território da APA do Cantão e apenas 2,2% da população urbana do Estado reside no Território. Apenas 3,1% da população do Estado reside no Território. Segundo o IBGE, a população do território APA do Cantão, apresenta uma taxa de crescimento anual de 2,33%.

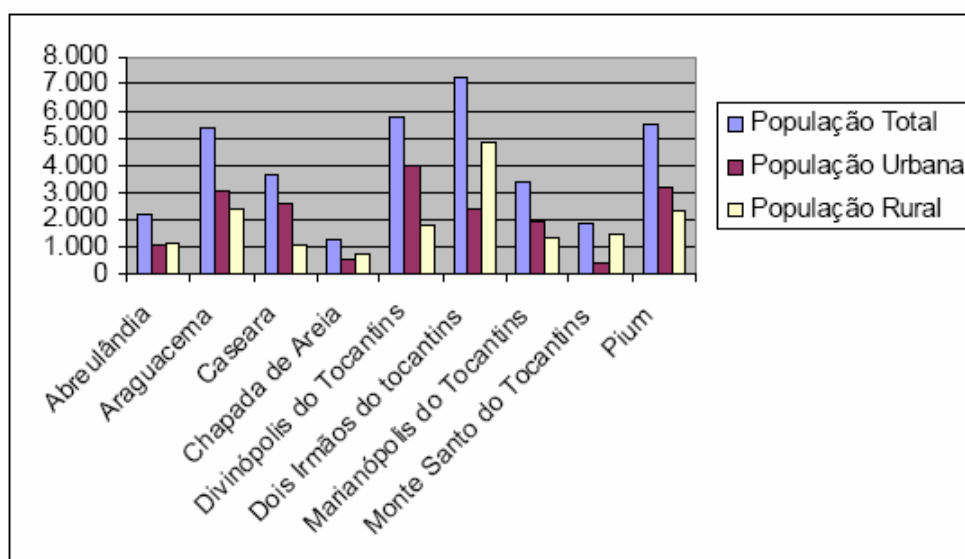


Gráfico 1. População total, rural e Urbana no território da APA do Cantão. (Fonte IBGE, 2000).

Com relação aos beneficiários da reforma agrária, os(as) assentados(as) estão distribuídos nos 30 projetos de assentamentos do INCRA e do ITERTINS, implantados em sete dos seus nove municípios com número de famílias que variam de 15 e 240 famílias, estão implantados em sete municípios.

Existem duas colônias de pescadores que atuam em Caseara e Araguacema, com 359 afiliados. Encontram-se pequenos produtores rurais, os artesãos e os Torronzeiros¹⁰ que caracterizam as comunidades tradicionais da APA do Cantão.

¹⁰ Famílias de trabalhadores Rurais que na época da estiagem procuram os Torrões (pequenas ilhas), no leito do Rio Araguaia para cultivarem a terra até que as enchentes retornem.

5.1.2 – População

Segundo dados do IBGE, a população do Território é de 36.319 habitantes, com valores muito semelhantes entre população Rural e Urbana, onde 19.222 habitantes residem nas cidades do território e 17.097 habitantes moram na Zona Rural. O Município mais populoso é o Município de Dois Irmãos com 7.269 habitantes, onde 4.881 pessoas são residentes na Zona Rural e 2.388 moram na sede do Município. É um Município com características predominantemente de Agricultores Familiares. Apesar de Pium ser o Município com a maior extensão em área, sua população é menor que a população residente na Zona Urbana que é 3.194. O município de Monte Santo do Tocantins apresenta uma população Urbana de 381 habitantes, a menor do Território. O menor município, Chapada de Areia, é também o que apresenta a menor população 1.270 habitantes.

Em termos comparativos o Território da APA do Cantão apresenta uma população relativamente pequena quando comparada ao Território do Bico do Papagaio, 104.095 habitantes e em relação á população do Estado do Tocantins que é de 1.157.098 habitantes.

Quando se compara a população rural de Estado em relação á população urbana nota-se uma discrepância nestes valores, uma vez que só 297.137 habitantes residem na zona rural e 859.961 pessoas residem na zona urbana. Em resumo, 5,8% da população rural do Estado estão no Território da APA do Cantão e apenas 2,2% da população urbana do Estado reside no Território. Apenas 3,1% da população do Estado reside no Território. Segundo o IBGE, a população do território APA do Cantão, apresenta uma taxa de crescimento anual de 2,33%.

Abaixo a representação através de tabela da população total desse território:

Tabela 1. Municípios que compõe o Território da APA do Cantão. Fonte IBGE. 2000.

Município	Área (Km ²)
Abreulândia	1.895,2
Araguacema	2.778,4
Caseara	1691,6
Chapada de Areia	659,2
Divinópolis do Tocantins	2.347,4
Dois Irmãos do Tocantins	3.757,0
Marianópolis do Tocantins	2.091,3
Monte Santo do Tocantins	1.091,5
Pium	100.126,0
Total	116.438

Com relação aos beneficiários da reforma agrária, os(as) assentados(as) estão distribuídos nos 30 projetos de assentamentos do INCRA e do ITERTINS, implantados em sete dos seus nove municípios com número de famílias que variam de 15 e 240 famílias, estão implantados em sete municípios.

Existem duas colônias de pescadores que atuam em Caseara e Araguacema, com 359 afiliados. Encontram-se pequenos produtores rurais, os artesãos e os Torronzeiros¹¹ que caracterizam as comunidades tradicionais da APA do Cantão.

5.1.3 – Recursos naturais

Clima	Hidrografia	Solos
A Leste – linha limítrofe entre os climas equatorial úmido e tropical	Bacia do Rio Araguaia – 1.266,1 Km ²	Plintossolos (70%)
Ao Norte – clima quente e úmido, com temperaturas médias anuais variando entre 24°C a 28°C. As temperaturas máximas chegam a 38°C e as mínimas a 23°C	Bacia do Rio Javaés – 660,4 Km ²	Gleissolos (15,7%)

¹¹ Famílias de trabalhadores Rurais que na época da estiagem procuram os Torrões (pequenas ilhas), no leito do Rio Araguaia para cultivarem a terra até que as enchentes retornem.

Ao extremo Sul – clima continental tropical de altitude, com temperaturas médias de 22°C. Com Temperatura médias – 27°C. Temperaturas mínimas absolutas – 12°C	Bacia do Rio Pium – 1.530,5 Km2	Neossolos (21,1%)
Ad Temperaturas superiores a 40°C são alcançadas com relativa facilidade no final do período de seca, por volta do mês de setembro.	Bacia do Rio Coco – 4.569,1 Km2	Demais solos (2,2%), com características Latosolos
	Bacia do Rio Caiapó – 5.047,5 Km2	
	Bacia do Rio Lajeado – 3.547,2 Km2	

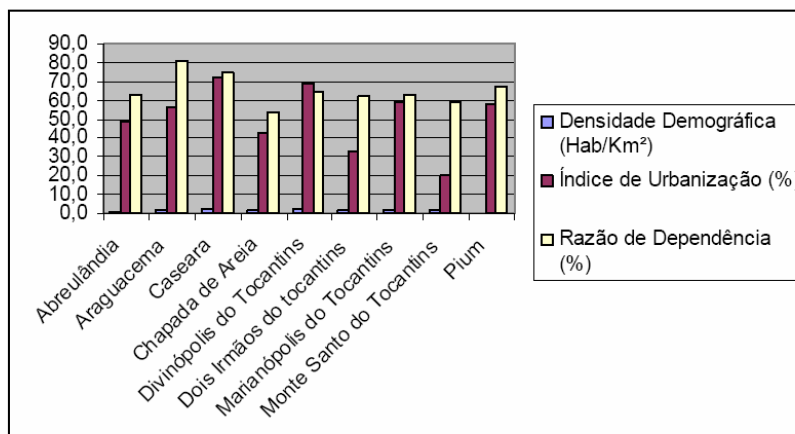
5.1.4 – Densidade demográfica - é um indicador que permite conhecer a quantidade de habitantes por uma determinada área geográfica. Este valor é obtido dividindo-se a população total pela área, podendo ser Municípios, Territórios, Estados ou País. Desta maneira, observa-se que a densidade demográfica do Território é de 0,3 Hab/km². A densidade demográfica no Estado é de 0,4 Hab/km² A densidade demográfica Brasileira é de 19,9 Hab/km². O menor município é Chapada de Areia e apresenta a segunda maior Densidade Demográfica 1,9 Hab/km² ao lado de Araguacema e Dois Irmãos do Tocantins.

5.1.5 – Índice de urbanização - Este índice indica se um determinado município apresenta ou não a maior população vivendo na zona urbana, e é definido como o percentual da população urbana em relação à população total. Assim, observa-se que o índice de urbanização médio no Território é de 52,9%

ou seja, pouco mais da metade da população vive na Zona Urbana. O município com maior índice de urbanização é Caseara com 72,4%, seguido por Divinópolis do Tocantins 69,0%. O menor índice de urbanização é em Monte Santo do Tocantins com 20,4% e Pium apesar de ser o maior município apresenta um índice de 57,7%, Chapada de Areia, o menor município, apresenta também um elevado índice de urbanização 43,2%.

5.1.6 – Razão de dependência - é um indicador essencial para medir a força de trabalho de uma região. Este índice é obtido dividindo-se a população dependente pela população economicamente ativa de que possui idade entre 15 e 65 anos. Observa-se que a razão de dependência no Território é de 65,9%. O município com maior índice de dependência é Araguacema com 80,5%, seguido por Caseara com 75,0%. A menor razão de dependência do Território é 53,6% no município de Chapada de Areia salienta-se que é referente ao menor município do Território.

Gráfico 2. Densidade Demográfica, Índice de Urbanização e Razão de Dependência, do território da APA do Cantão. Fonte IBGE. 2000.



5.1.7 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² - É um indicador essencial para se conhecer o nível de desenvolvimento de uma determinada região. No território o IDH médio é de 0,677, o IDH do Estado do Tocantins é de 0,710 e no Brasil este índice é de 0,766. O componente educação na APA do Cantão é de 0,796, mas o componente IDH renda é bem inferior 0,577. No Território o município que apresentou o melhor IDH é Monte Santo do Tocantins, 0,716 influenciado pela longevidade e educação.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da APA do Cantão, com os componentes Longevidade, Educação e Renda. Fonte IBGE. 2000.

Municípios	IDH-M	Longevidade	Educação	Renda
Monte Santo do Tocantins	0,716	0,758	0,817	0,573
Chapada de Areia	0,697	0,628	0,835	0,626
Marianópolis do Tocantins	0,695	0,652	0,815	0,618
Pium	0,690	0,696	0,771	0,604
Caseara	0,687	0,684	0,809	0,567
Araguacema	0,673	0,684	0,764	0,571
Abreulândia	0,667	0,664	0,786	0,550
Dois Irmãos do Tocantins	0,661	0,636	0,794	0,553
Divinópolis do Tocantins	0,660	0,585	0,823	0,571
Território	0,677	0,658	0,796	0,577
Estado	0,710	0,671	0,826	0,633
País	0,766	0,727	0,849	0,723

¹² Foi criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial (Mahbub ul haq), e combina três componentes básicos do desenvolvimento, a educação a longevidade e a renda. O IDH procura se contrapor o outro indicador amplamente utilizado, o PIB per capita que leva em consideração somente o aspecto econômico, não se importando com os outros aspectos do desenvolvimento. A obtenção do índice IDH-M, ocorre pela transformação destas três dimensões, em síntese, ele varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 melhor o indicador para um determinado local. É importante lembrar que tal parâmetro é um referencial não determinado, portanto qual o melhor lugar ou lugar mais desenvolvido. Ao analisar separadamente cada componente do IDH, se que: IDH educação: é obtido a partir da taxa de Analfabetização e a taxa de frequência escolar IDH longevidade: é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer. IDH renda: é obtido a partir do indicador PIB per cápta médio.

5.1.8 – Aspectos gerais sobre educação, saúde, utilização das terras e organizações sociais.

5.1.8.1 – Sobre a educação: no Território existem 96 escolas distribuídas nos municípios, em que o maior número delas são escolas municipais rurais num total de 56; as Escolas Estaduais Rurais são apenas três. O município que apresenta o maior número de escolas é o município de Dois Irmãos do Tocantins com 19 destas Escolas, sendo o que apresenta o maior número de escolas na zona rural, somente municipais. (Tabela 3).

Tabela 3. Número de Escolas existentes no território, Estaduais e Municipais.
Fonte: Secretaria Estadual da Educação. SEDUC. 2005.

Municípios	Escolas Estaduais Rurais	Escolas municipais Rurais	Escolas Municipais urbanas	Escolas estaduais urbanas	TOTAL
Abreulândia	2	6	-	-	8
Araguacema	1	6	4	1	12
Caseara	-	6	2	2	10
Chapada de Areia	-	1	-	-	1
Divinópolis do Tocantins	-	12	4	1	17
Dois Irmãos do Tocantins	-	15	3	1	19
Marianópolis do Tocantins	-	3	2	1	6
Monte Santo do Tocantins	-	3	10	-	13
Pium	-	7	1	2	10
Total	3	56	26	8	96

Ainda sobre a educação, no estudo propositivo elaborado pela COOPTER e Fundação Candido Rondon, foi feito o detalhamento dos aspectos relacionados ao analfabetismo, escolarização e analfabetismo funcional.

No que se refere ao analfabetismo, no Território a população na faixa etária acima de 15 anos é de 23.683 pessoas, desse numero, 20,5% são analfabetas, ou seja, um total de 4.865 pessoas. Quanto à escolarização, ou seja, o percentual da população que frequenta a escola em relação à população total de 7 a 14 anos, estar em torno de 91,6%. Um valor em torno de 6.230 crianças das 6.803 existentes nos municípios do Território.

5.1.8.2 – Sobre a saúde – foi feito um levantamento sobre os principais problemas de saúde no território, dos quais foram apontados os seguintes: doenças do aparelho circulatório, seguido por neoplasias ou tumores. Observou-se também, alguns índices de mortalidade infantil no Território, onde os maiores índices foram observados em Abreulândia, 28,8 para cada 1000 Nascidos vivos, sendo que foram calculadas as médias de 2000 a 2002. O município de Pium é o que apresenta os menores índices, 13,3 para cada 1000 nascidos vivos, Chapada de Areia e Monte santo do Tocantins não aparecem, pois nestes períodos os valores foram insignificantes e não foram considerados pelo cálculo da média. Uma das explicações verificadas nas reuniões locais é muitos dos partos ao realizados em outras cidades, a exemplo de Paraíso e Palmas, e quando as mortes são ocorridas são notificadas nestes locais, não entrando para os cálculos do território.

Também foram verificados dados sobre o percentual de adolescentes que tiveram partos precoces, em relação ao número de jovens entre 10 e 19 anos e observou-se que o maior índice de mães adolescente entre 10 a 14 é no município de Abreulândia, 4,64%, seguidos por Chapada de Areia, 3,16%, médias extraídas entre 1998 e 2002.

5.1.8.3 – Sobre a utilização das terras - O Território possui uma área de 1.759.363 ha utilizados com atividades agrícola e pecuária e com vegetação natural. Observa-se com relação às culturas 22.514 ha são cultivados com lavouras temporárias e roças, em sua maioria praticada por pequenos agricultores, em Pium existem 5.735 ha de lavouras temporárias seguido por Araguacema com 4.196 ha. As lavouras permanentes somam-se 4.161ha e o município que possui as maiores áreas 2.049 ha, seguido por Dois Irmãos do Tocantins com 1.612 ha e Divinópolis do Tocantins apresenta somente 61 ha de lavouras permanentes. Abreulândia apresenta a menor área cultivada com lavouras temporárias 737 ha. No Estado a área com culturas temporárias é de 244.700 há, o Território possui 9,2% área em relação ao Estado com este tipo de cultivo.

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do Estado, para criar um rebanho bovino tão numeroso o Estado do Tocantins possui uma área de 5.277.206 há cultivados com pastagens e 5.800.950 ha de pastagens nativa. No Território as maiores áreas de utilização da terra são cultivadas com pastagens 517.500 ha quando se compara com as outras atividades existentes, no entanto as maiores áreas ainda são ocupadas com pastagens nativas 665.009 ha, destacando se no Município de Pium com 228.357 ha, de pastagem nativa e 99.630 ha de pastagem cultivada. Seguido por Dois Irmãos do Tocantins com 140.872ha e 68.999ha de pastagem cultivadas.

Só os municípios de Araguacema Caseara e Marianópolis do Tocantins apresentam áreas de pastagem cultivadas superior ao número de áreas de pastagem nativas 77.973 ha; 61.133ha; 78.008 ha, respectivamente. Com base nas análises pode notar que um intenso processo de desmatamento ocorreu de forma acentuada nesses Municípios. Áreas de matas e florestas nativas são de 391.640 ha, 12,9% do Estado do Tocantins que possui 3.035.928 ha. O município de Pium possui 99.630 ha a maior área em todo o Território.

As áreas em descanso somam-se 29.714 ha. Pium apresenta a maior área 10.548 ha, e Abreulândia a menor área com 1.578 ha. As áreas de produção não utilizadas somam-se 70.648 ha, onde Dois Irmãos do Tocantins apresenta as maiores áreas 24.792 ha, seguido por Abreulândia 12.564 ha. Araguacema apresenta a menor área 4.801 ha. No Estado esta área é de 1.304.090 há.

No que diz respeito a agricultura familiar, os estabelecimentos rurais no Território somam um total de 2.820, ocupando uma área de 1.792.085 ha, emprega 13.103 trabalhadores e possui um VAP de R\$ 26.018.000,00. Destes estabelecimentos, 1.954 são considerados estabelecimentos familiares, 69,3% do total, onde a área ocupada é de 462.339 ha, emprega 8.255 Trabalhadores 63,0% do total e um VAP de R\$ 8.370.000,00, 32,2% do VAP do Território. O maior número de estabelecimentos familiares no Território é no município de Dois Irmãos do Tocantins, 824, ou 87,3%, o VAP é de R\$ 3.351.000,00, ou 59,3% do valor total do Território e o número de trabalhadores é de 3.619, ou 82,6 %. Caseara possui a menor quantidade de estabelecimentos familiares

43, ou 19,7% dos estabelecimentos do Território e emprega somente 203 pessoas e o VAP de R\$ 149.000,00, 4,4% do Território.

Com relação à categorização dos estabelecimentos familiares conforme a renda obtida, observa-se que dos 1.954 estabelecimentos familiares, 748 são classificados como de renda média, 40,1% do total, aqueles de renda baixa são 411, 21% do total; os estabelecimentos familiares quase sem renda e com menores rendas, são 398 e 361 respectivamente. No Estado do Tocantins a maioria dos estabelecimentos é classificada como de renda média 11.139 e quase sem renda 10.939 estabelecimentos. O município que possui o maior número de estabelecimentos com renda média é Dois Irmãos do Tocantins 343, dos 824 existentes, 199 são de renda baixa, e 146 e 136 são de maiores rendas e de quase sem renda respectivamente.

O município que apresenta proporcionalmente o maior número de estabelecimentos quase sem renda é Caseara 48,8%, seguido por Monte Santo do Tocantins 38,7%, Abreulândia e Divinópolis, 25,6% e 23,5% respectivamente. As maiores rendas são observadas, em termos proporcionais em Marianópolis do Tocantins, 32,5%; 28,3% em Chapada de Areia e Araguacema com 27,8% de Estabelecimentos com maiores rendas.

5.1.8.4 – Sobre as organizações sociais – No território, as organizações sociais existentes estão divididas nas categorias: associações comunitárias, de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de pescadores; colônias de pescadores; grupos de mulheres; clube de jovens; sindicatos de trabalhadores rurais.

5.1.8.5 – Sobre as políticas públicas no território – Os principais programas e projetos implementados no território são os seguintes: programa luz para todos; projetos de assentamentos; programa nacional de crédito fundiário; PRONAF; Programa de compra antecipada da agricultura familiar; programa de ATES; Programa bolsa família.

Além das informações acima levantadas, também foi feito o levantamento da realidade, no qual se buscou identificar as fortalezas,

fraquezas, oportunidades e ameaças do território, cujos resultados, foram os seguintes:

FORTALEZA	OPORTUNIDADE
<p><u>Eixo Social:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ONG's; (Missão Verde) ➤ Jornada educação ambiental; ➤ Sindicatos, cooperativas e associações; ➤ Grupo de mulheres; <p><u>Eixo ambiental:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Espécies do cerrado (biodiversidade); ➤ Rios e lagos; ➤ Variedade de peixes; ➤ Unidade de conservação; ➤ Brigada de incêndios; ➤ Localização geográfica; ➤ Parque Estadual; ➤ Riquezas naturais; <p><u>Eixo Econômico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Cadeias produtivas de mandioca, artesanato, apicultura, pescado, fruticultura; ➤ Colônia de pescadores; ➤ Unidades produtivas de: mel, processamento de frutos; processamento de pescado; <p><u>Eixo Infra Estrutura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Estradas em boa conservação de tráfego; ➤ Eletrificação urbana e rural; <p><u>Eixo Político Institucional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; ➤ Consórcio MESOESTE; ➤ Prefeituras e secretarias municipais. 	<p><u>Eixo Social:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Organizações Não Governamentais; ➤ Políticas sociais ➤ Diretrizes de Educação do campo; <p><u>Eixo ambiental:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ICMS-ecológico; ➤ Pronaf-agroecologia; ➤ Turismo rural ecológico; <p><u>Eixo Econômico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ PRONAF ➤ Programa da compra direta; ➤ Economia solidária; ➤ Arranjos Produtivos Locais - APL <p><u>Eixo Infra Estrutura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa luz para todos; ➤ Programas e projetos dos ministérios federal e das secretarias estaduais; <p><u>Eixo Político Institucional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ CMDRS; ➤ MDA/SDT

FRAQUEZA	AMEAÇA
<ul style="list-style-type: none"> - Pouca participação na formulação e gestão das Políticas Públicas; - Burocracia no atendimento e acesso à linha de crédito do PRONAF; - Ineficiência da fiscalização nas ações realizadas na APA (IBAMA, NATURATINS); - Fragilidade das organizações locais; - Inexistência de meios de comunicação; - Inexistência e/ou fragilidade das secretarias municipais de agricultura e CMDRS na maioria dos municípios da APA; - Inexistência de um Comitê Gestor da APA e das bacias hidrográficas; - Pouca participação do Poder Público na CIAT; - Atual modelo de educação do campo; - Programa Saúde da Família na zona rural; - Inexistência de Unidades Hospitalares na maioria dos municípios. predatória dos nossos recursos; - Individualismo; - Formas de produzir que degradam o meio ambiente; - Exposições agropecuárias; - Pouco conhecimento por parte dos agricultores a respeito de suas organizações representativas; - Centralização do poder; - Burocracia no atendimento e acesso à linha de crédito do PRONAF; - Ineficiência da fiscalização nas ações realizadas na APA (Ibama, naturatins); - Fragilidade das organizações locais; - Inexistência de meios de comunicação; - Inexistência e/ou fragilidade das 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesca predatória; - Desmatamento; - Queimadas descontroladas; - Monocultura de soja; - Pecuária extensiva; - Caça predatória; - Assoreamento dos rios; - Redução da APA-Cantão; - Extinção das espécies do cerrado (fauna e flora); - Monocultivos; - Desmatamento e queimadas; - Atual modelo de educação; - Não eleição do presidente Lula e de parlamentares comprometidos com as causas dos trabalhadores; - Ausência de um projeto político da parte dos trabalhadores; - Mudanças climáticas; - Uso indevido do solo, da água, da fauna e flora. -

<p>secretarias municipais de agricultura e CMDRS na maioria dos municípios da APA;</p> <ul style="list-style-type: none">- Inexistência de um Comitê Gestor da APA e das bacias hidrográficas;- Pouca participação do Poder Público na CIAT;- Atual modelo de educação do campo;- Programa Saúde da Família na zona rural;- Inexistência de Unidades Hospitalares na maioria dos municípios. predatória dos nossos recursos	
---	--

6. VISÃO DE FUTURO:

A visão de futuro do território foi levantada nas oficinas territoriais, cujo resultado é o seguinte:

6.1 – No aspecto social:

- Educação de acordo com as diretrizes da educação do campo;
- Saúde com atendimento de qualidade no campo e na cidade;
- Garantia de acesso aos benefícios da previdência social e direito aos segurados especiais;
- Organizações fortalecidas: STR's, COAFA, Colônia de pescadores, grupos de mulheres, artesãos, CMDRS;
- Capacitação contínua para todos os grupos sociais em: gestão, gerenciamento de conflitos, entre outros;
- Levantamento das tradições alimentares, fitoterápicas, religiosas e festivas; promover festas dos frutos do cerrado, pescado e mel; rádio Vozes APA-Cantão;

6.2 – no aspecto ambiental:

- Manutenção da APA na atual dimensão e ou aumento da área;
- Comitê gestor APA-Cantão criado;

- Comitê de bacias hidrográficas criados;
- Queimadas e desmatamentos reduzidas;
- Recursos hídricos preservados;
- Uso da água democratizado;
- Manejo sustentável dos recursos naturais;
- Capacitação em agroecologia;
- Feiras de sementes;
- Pesca monitorada por espécie; acesso à técnicas de produção e gradagem de solo para prevenir assoreamento; repovoamento dos rios e lagos; reciclagem do lixo rural;

6.3 – no aspecto econômico:

- Cultivo de espécies frutíferas nativas e cultivares;
- Piscicultura, aqüicultura, piscicultura fortalecidas;
- Agricultura Familiar e agrobiodiversidade fortalecidas;
- Feiras de Economia Solidária realizadas em diversos locais e regiões;
- Marca dos produtos do Cantão;
- Merenda escolar com produtos do Cantão;
- ICMS-ecológico utilizado em programas da agricultura familiar e Agroindústrias;
- Capacitações em formação de preços e vendas, processamento, gestão, turismo rural na agricultura familiar;
- Manejo de animais silvestres

6.4 – no aspecto infra-estrutura:

- Máquinas e equipamentos;
- Tanques para piscicultura;
- Estradas ligando todas as comunidades da APA;
- Matadouros municipais;
- Transporte para a produção agrícola;

- Hospital regional da APA; agroindústrias;
- Equipamentos para fabricação de artesanatos;
- Indústrias de reciclagem e confecções;
- Escolas Familiares Agrícolas.

6.5 – no aspecto Político Institucional:

- Estruturação e criação das secretarias municipais de agricultura e CMDRS;
- Um modelo adequado de Reforma Agrária;
- Orçamentos municipais para ações da Agricultura Familiar;
- ATES com foco na agroecologia;

7 – DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS:

Eixo Aglutinador	Programas	Projetos	Estratégias
Social	<p>1. Educação do campo;</p> <p>2. Saúde do campo;</p> <p>3. Saúde da Família</p>	<p>Saberes da terra - criação e implantação de ensino profissionalizante no território;</p> <p>Projeto de melhoria das condições de trabalho e de qualificação dos professores das escolas rurais;</p> <p>Projeto de ampliação do quadro de agentes de saúde para o território rural;</p> <p>Projeto de melhoria segurança alimentar;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento no intercâmbio de experiências de educação do campo entre os municípios dentro e fora do território; - Criação de Escolas Familiares Agrícolas; - Capacitar e qualificar os professores da área rural; - Melhorar a remuneração dos profissionais da área de ensino; - Fazer um levantamento da equipe necessária; - Pleitear junto as Prefeituras e FUNASA - Contratar e treinar equipe de agentes - Levantamento das tradições alimentares e fitoterápicas; - Promover a reeducação alimentar através de cursos, oficinas e seminários. -Sensibilizar os gestores municipais do território para contratação de profissionais da saúde.

	3. Resgate da cultura popular	Projeto Festas populares da APA do cantão.	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento das tradições religiosas e festivas; - Estabelecer um calendário territorial das APA - Montar um rádio Vozes APA-Cantão; - Informação e comunicação efetiva
Ambiental	1. Manejo sustentável dos recursos naturais;	<p>Projeto de manutenção e conservação da APA na atual dimensão e ou aumento da área;</p> <p>Projeto de pesca monitorada por espécie;</p> <p>Projeto de repovoamento dos rios e lagos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover seminários temáticos nos municípios; - Criar uma comissão de negociação com os governos federal e estadual; - Estimular a utilização do ICMS ecológico no PTDRS; - Projeto de criação do comitê gestor da APA. <p>-Capacitação e sensibilização dos pescadores(as) sobre pesca monitorada;</p> <p>-Criação de um batalhão territorial para monitoramento e avaliação das atividades de pesca;</p> <p>-Reprodução e criação dos peixes do médio Araguaia</p> <p>-Acesso à técnicas de produção;</p>
	3. Reciclagem do lixo rural	Projeto coleta seletiva do lixo;	<p>Construir um aterro sanitário territorial;</p> <p>Capacitar às famílias em reaproveitamento do lixo;</p>

Econômico	<p>1. Comercialização da produção agrícola;</p> <p>2. Manejo agroecológico</p> <p>3. Regularização fundiária</p>	<p>Projeto de padronização de produtos agropecuários do território;</p> <p>Projeto de Organização da produção;¹³</p> <p>Projeto de implantação de agroindústrias;</p> <p>Feiras de sementes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar comissão composta com membros da CIAT, SDT/MDA/SEAGRO e RURALTINS; - Criar uma marca e logotipo dos produtos do território; - Potencializar as cadeias produtivas de mandioca, artesanato, apicultura, pescado, fruticultura; - Criação de Selo de Identificação dos produtos agropecuários do território; - Promover diagnósticos das preferências dos consumidores, variação de preços durante o ano, melhores épocas de plantio entre outras; - Cultivo de espécies frutíferas nativas e cultivares - Implantar feiras municipais e territoriais; - Levantamento da situação fundiária das famílias; - Divulgar a legislação para as famílias dos agricultores familiares
Infra-estrutura	<p>1. Construção e recuperação de estradas rurais;</p> <p>2. Luz para todos</p>	<p>Projeto de aquisição de máquinas e equipamentos para construção e manutenção de estradas</p> <p>Projeto de Eletrificação rural</p> <p>Projeto de Energia alternativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer um levantamento das estradas municipais e vicinais do território e respectivas; - Levantar a demanda por energia elétrica no território; - Incentivar o uso e reaproveitamento de energia alternativa

¹³ A esse respeito foi aprovado um Projeto Territorial junto à SDT nesse ano de 2006, relacionado fortalecimento da agricultura familiar, através da estruturação das cadeias produtivas.

<p>Político Institucional</p>	<p>- 1. Fortalecimento dos conselhos municipais</p> <p>2. Fortalecimento do colegiado territorial</p> <p>3. Articulação de políticas públicas.</p>	<p>- Projeto de Criação e/ou reestruturação CMDRS</p> <p>- Projeto de capacitação em gestão social;</p> <p>- Projeto de formalização do colegiado territorial.</p> <p>- Projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas no território.</p>	<p>- Capacitação dos gestores sociais</p> <p>- Engajamento e participação das comunidades em todo o processo de construção das ações e propostas</p> <p>- Levantar recursos para custear as despesas dos participantes da sociedade civil nas atividades das ações territoriais;</p> <p>- Promover reunião com todos os parceiros e comunidade em cada município do território para discutir a política de Desenvolvimento Territorial;</p> <p>- Sensibilizar governantes para adotar políticas para agricultura familiar nos Estados e Municípios;</p> <p>- Fazer um mapeamento das políticas públicas municipais, estaduais e federais para a agricultura familiar;</p> <p>- Criação e manutenção de Secretarias municipais de agricultura criadas em condições de funcionamento;</p> <p>- Acompanhar e avaliar o volume de recursos aplicados no território;</p> <p>- Acompanhar e avaliar o número e áreas de agricultores atendidos pelos programas;</p> <p>- criação de uma rede de assistência técnica territorial;</p> <p>- Estabelecer indicadores de monitoramento e avaliação;</p> <p>- Identificar e articular políticas públicas;</p> <p>➤ Realizar oficinas ou seminários de políticas públicas com as esferas municipais, estadual e federal e a sociedade civil;</p>
--------------------------------------	--	--	--

			Promover discussão sobre políticas públicas nos Conselhos Municipais, Estaduais;
--	--	--	--

8 – PRÓXIMOS PASSOS:

Para completar o processo do PTDRS, sugerimos ao território encaminhar os seguintes passos:

- Realizar reuniões no território para avaliar, corrigir e replanejar e validar o PTDRS;
- Definição do sistema de monitoramento e indicadores de resultados¹⁴;
- Consulta as agências governamentais e não governamentais e de Cooperação e Financiadores para identificar possibilidades de Apoio à projetos do território;
- Garantir a apropriação e gestão do PTDRS pelo público alvo do MDA no território;
- Elaboração de Projetos para obtenção de apoio para os programas propostos.

¹⁴ O primeiro exercício de monitoramento e avaliação do território foi direcionado para as Unidades Produtivas.

9 – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUARQUE, Sérgio. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Municipal sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, 1999.

COOPTER/Fundação Candido Rondon – **Estudo Propositivo do Território APA do Cantão** – Brasília, 2005.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA – ISPN - **Mapeamento dos Recursos Financeiros Disponíveis para o Fomento ao Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.**

MDA/SDT. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Brasília/DF, março de 2005. Série Documentos SDT: número 1.

MDA/SDT. **PRONAT: Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial.** Brasília/DF, outubro de 2004. Documento preliminar (circulação restrita).

MDA/SDT. **Referências conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.** CONDRAF/NEAD, 2003.

PLANILHAS, SDT/Instituto POTIGUÁ. Dados do IBGE, 1996 a 2000.

PLANILHAS, sobre as Políticas Públicas implementadas e em Implementação no Território. Ano 2004

PROJETO CERRADO. **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA APA Ilha do Bananal/Cantão a visão das Organizações da Sociedade Civil.** Março de 2003. P. 121.

Texto On Line. **Tocantins tenta reduzir Área de Proteção Ambiental.** www1.folha.uol.com.br. Publicado em 06 de abril de 2005.

Texto **O ENFOQUE SISTÊMICO.** Dissertação de Mestrado. Pág. 6.